Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

GREVE NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DOS TEMPOS ÁUREOS À BUSCA POR NÃO SE AFOGAR NA LAMA

Strike in federal institutes: from the golden times to the search to not drown in the mud

Pedro Henrique PRADO DA SILVA
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos
pedro.silva@ifnmg.edu.br

DOI: https://doi.org/10.46636/recital.v6i1.563

Resumo

O governo Lula III tem dado mostra que em nome da governança e da "Frente ampla" vale tudo, inclusive, fechar os olhos para problemas históricos que atingem a educação e que se acentuaram frente a política de precarização sistemática avalizadas nos governos Temer e Bolsonaro. Por suposto, uma medida que tem negligenciado uma das suas principais bases eleitorais, que são os servidores federais da educação, de modo que não é exagero essa mesma base deflagar greve neste 1º semestre de 2024. No entanto, muitos se perguntam: essa greve veio em boa hora?

Palavras-chave: Greve 2024. Orçamento dos Institutos Federais. SINASEFE.

Abstract

The Lula III government has shown that in the name of governance and the "Broad Front" anything goes, including turning a blind eye to historical problems that affect education and which have become more accentuated despite the policy of systematic precariousness endorsed by the Temer and Bolsonaro governments. Of course, an attitude that has neglected one of its main electoral bases, which are federal education employees, is not an exaggeration for this same base to launch a strike in the first half of 2024. However, many are wondering: did this strike come at a good time?

Keywords: Strike 2024. Budget of the Federal Institutes. SINASEFE.

O governo Lula III tem dado mostra que em nome da governança e da "Frente ampla" vale tudo, inclusive, fechar os olhos para problemas históricos que atingem a educação e que se acentuaram frente a política de precarização sistemática avalizadas nos governos Temer e Bolsonaro. Por suposto, uma medida que tem negligenciado uma das suas principais bases eleitorais, que são os(as) servidores(as) federais da educação, de modo que não é exagero essa mesma base deflagar greve neste 1º semestre de 2024[1]. Uma greve que já dava sinais a ocorrer desde fim de 2023, visto que as entidades sindicais que representam a categoria (FASUBRA[2] e SINASEFE[3]) iniciaram a negociação com o governo em julho/2023, uma negociação que pouco avançou até a instauração do movimento paredista em todo país. Um movimento, que devo sublinhar, alcançou mais de 80% de unidades dos Institutos Federais paralisados até a última atualização realizada pelo SINASEFE, enquanto escrevia essa crônica[4].

Assim como toda greve, as exigências dos(as) servidores(as) estão circunscritas as condições materiais, tais como: recomposição salarial e do orçamento dos Institutos Federais; restruturação das carreiras dos técnicos administrativos e docentes; correção conforme a inflação acumulada entre 2016 e 2026 de bolsas e auxílios oriundas de políticas de assistência estudantil, entre outros. Por outro lado, a revogação de leis, decretos, normas e portarias sancionadas nos governos Temer e Bolsonaro também se encontram na pauta da categoria, as quais se destacam a revogação do Novo Ensino Médio e da portaria 983/2020 do MEC.

Embora, aparentemente, as reivindicações dos(as) servidores(as) federais da educação pareçam justas, bem como a realização de greve ser um direito constitucional conquistado pelos(as) trabalhadores(as), não é incomum se perguntar: essa greve veio em boa hora? Por que uma greve agora e não em outro momento, mais para frente? Indagações que são mais que necessárias, visto que as implicações da greve geram suspensões de calendários (letivos e acadêmicos), atrasos de formaturas, transferências de estudantes, consequências, que devo sublinhar, impactam de maneira cruel os estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, sem contar o deletério discurso, recorrente nos círculos anti-funcionalismo público, do "servidor público é preguiçoso e faz greve para tirar férias". Discurso que não só

[1] A greve dos Institutos Federais começou no dia 03/04/2024, mas em março já havia técnicos administrativos paralisados nas Universidades Federais.
[2] Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnicos Administrativos em Universidades e Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.
[3] Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.
[4] Até 09/05/2024 estavam 554 unidades, de 682, dos Institutos Federais em greve no país.

incomoda muitos colegas que levam com seriedade sua atuação no serviço público, mas constrange e afasta muitos outros a se organizarem nos sindicatos e em movimentos coletivos de classe. Como professor e, também, servidor público, me coloco na mesma posição que estes colegas e tenho levado estas perguntas comigo, ao passo de compreender que para respondê-las é preciso fazer uma digressão histórica sobre o ponto fulcral presente neste movimento grevista, a saber: o investimento em educação no Brasil e orçamento dos Institutos Federais.

É sabido que o Governo Lula III vem ajustando, *a pari passu*, o desmantelamento de políticas públicas sociais e educacionais orquestradas pelos governos Temer e Bolsonaro, de maneira que isso é meu dever reconhecer! Contudo, medidas que pareciam ser alentadoras para o funcionalismo público brasileiro e para as políticas educacionais, tal como a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal, pela qual suprimia a bizarra EC 95/2016 (o famoso "teto de gastos") sancionado no governo Temer[5], emergem, agora, como um perigo eminente, quiçá, um retrocesso na política de investimento a setores já vilipendiados a anos, como os Servidores Federais do Executivo. Ocorre que o Novo Arcabouço Fiscal, tendo como mentor intelectual o "menino de ouro do PT", Ministro da Fazenda Fernando Haddad, retorna com a antiga regra de investimento à educação, pela qual, definida na Constituição Federal (art. 212), determina que o Governo Federal deve aplicar, no mínimo, 18% do orçamento anual na Educação[6] .

No entanto, essa nova regra é acompanhada por atos de austeridade com o propósito de manter o superávit fiscal e as "contas do governo no azul". Metas de contingenciamento, caso não respeitadas, vão gerar sansões que atingem diretamente o funcionalismo público, tais como a proibição de criar novos cargos ou funções que impliquem no aumento de despesas; impedimentos para alterar a estrutura das carreiras do funcionalismo que possa elevar o gasto com pessoal; criar ou elevar auxílios para servidores públicos e realizar novos concursos (Exame, 2023). Tudo isso, em favor da canhestra "responsabilidade fiscal", com vista a atrair investidores estrangeiros e pagar a dívida pública do país e seus credores.

Diante desse contexto adverso para o funcionalismo público, sobretudo para a Educação, recentemente Haddad afirmou a possibilidade de flexibilização do piso, isto é, do mínimo de 18% do orçamento que o governo deve investir em educação conforme a Constituição Federal, deixando boa parte da base eleitoral do governo embasbacada (Folha de São Paulo, 2024). O que se verifica é que Fernando Haddad elabora as medidas de seu ministério de acordo com as cartilhas do FMI[7] , Banco Mundial, OCDE[8] , entre outras instituições neoliberais, com um único propósito: agradar a Faria Lima e os interesses do mercado internacional[9]. Dessa forma, as projeções sobre o futuro dos(as) servidores(as) federais da Educação se tornam incertas e bastante pessimistas, por certo, não garantem que a Educação será prioridade no orçamento da

[5] A Emenda Constitucional 95/2016 impedia a dilatação da margem de investimento do Governo Federal acima do índice da inflação em setores sociais, como Educação, Saúde, Assistência Social etc.
[6] Essa medida está longe de cumprir o acordo no CONAE de 2014, cujo PNE (2014-2014) deixou como indicativo que o Governo Federal, até 2024, deveria aplicar 10% do PIB em Educação. Esses parâmetros foram ratificados no CONAE deste ano, de sorte que o PNE (2024-2034) aprovado entra em vigor em Junho/2024.
[7] Fundo Monetário Internacional.
[8] Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
[9] Vale recordar que Fernando Haddad já foi Ministro da Educação (2005-2012) e os Institutos Federais foram implementados na sua gestão. Além disso, é professor universitário de sociologia política, um intelectual que se ancora nos debates em torno da teoria crítica marxista. Isso é relevante, pois talvez exista um descompasso entre o Haddad professor e o Haddad político, quando observamos sua conduta no Ministério da Fazendo e sua trajetória quanto intelectual.

União já tão disputado pelo "Centrão", pelas bancadas temáticas, pelas emendas parlamentares etc.

Soma-se a esse pano de fundo de ameaças à Educação, o histórico de baixo investimento do Brasil no setor e que tem se mostrado persistente em períodos recentes. Enquanto países como Japão, Finlândia e Noruega aplicam entre 3% e 8% do seu PIB em educação (GLOBAL ECONONY, 2023), o Brasil investe o risível, entre 1% e 1,5% do seu PIB, dados coletados dos anos de 2018 a 2022 (TCU, 2022). Ainda que a obviedade do fato esteja aparente, enfatizo que este baixo investimento tem consequências, e podem ser verificadas nas conhecidas avaliações internacionais que medem a eficiência escolar dos países, tal qual o PISA[10], realizado pela OCDE e utilizado pelo MEC como parâmetro. Frente ao baixo investimento nas escolas, não é de se estranhar que o Brasil tenha um desempenho desanimador para qualquer pessoa lúcida e razoável que acredita na Educação como uma aposta para a ascensão social e transformação da vida comum. Historicamente, nossos estudantes ficam atrás nas avaliações de desempenho em matemática, leitura e ciências comparados aos estudantes de países ricos (Finlândia, Espanha, Estados Unidos), mas também, de países coirmãos, como o Chile, ou ainda, Costa Rica, países estes que investem em valor líquido por aluno mais que nós, mesmo tendo um PIB menor (Barreto, 2023)[11] .

Conquanto, o cenário desolador e sem perspectiva de suas alterações de maneira imediata, o Brasil já instituiu uma política pública educacional a altura para apresentar desempenho equivalente a outros países bem-sucedidos no PISA e essa política pública se chama Institutos Federais. Entre 2009 e 2015, a rede federal de ensino (Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II) apresentou números invejáveis no PISA, estando com índices acima da média da OCDE. Por exemplo, em 2009 ficamos em 4º lugar em leitura e, em 2015, avaliados sobre as competências em ciência, alcançamos a 11ª colocação do ranking, à frente de países que convencionalmente ficam à frente do Brasil, como Espanha, Reino Unido, Alemanha, Áustria, entre outros (IFMG, 2016). Se o Brasil fosse avaliado somente com as escolas da rede federal, apareceria com um bom desempenho nesta avaliação.

Mas este desempenho não foi conquistado por acaso. Foi com investimento contundente que foi possível formar nossos estudantes de maneira a alcançar esses índices. A título de exemplo, o Brasil, naquele ano de 2015, investiu quase 5% do PIB em Educação, sendo que com o orçamento destinado para os Institutos Federais foi possível plicar $ 9.000 dólares por aluno/ano[12]. Um valor que, mesmo estando muito atrás de países reconhecidamente "investidores pesados" em educação (Finlândia – $ 12.000 dólares por aluno/ano; Coreia do

[10] O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de *Programme for International Student Assessment*, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.
Os resultados do Pisa permitem que cada país avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação com os de outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares e formule suas políticas e programas educacionais visando à melhora da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem. Quase 80 países participam dessa avaliação. Ver: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa .

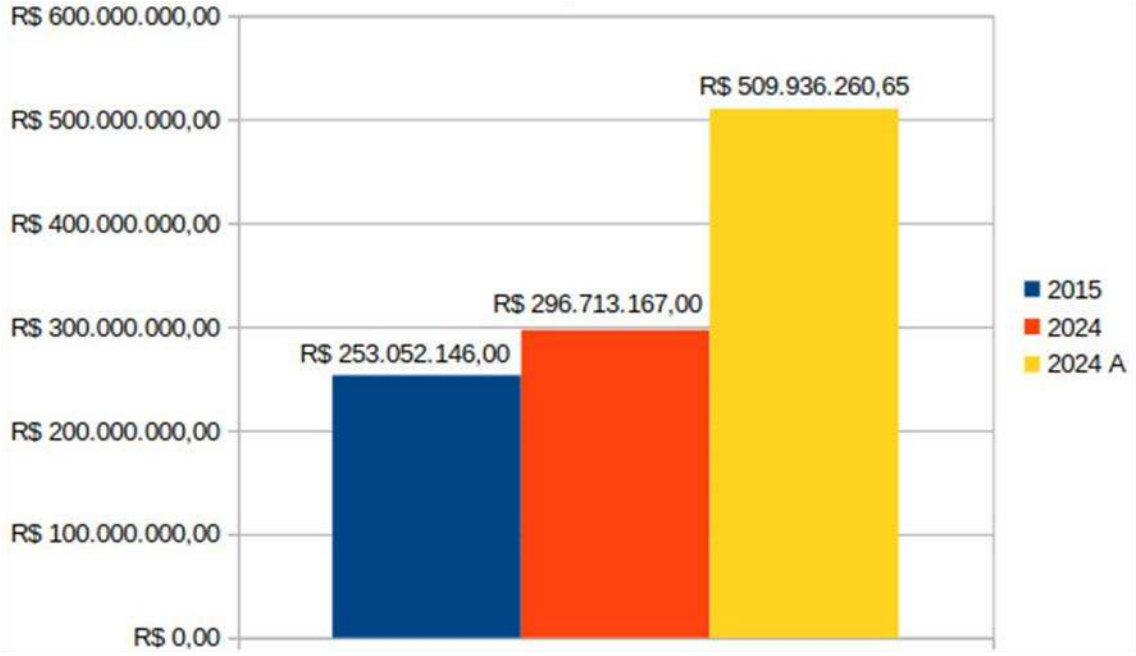
[11] Em 2023, Chile e Costa Rica investiram na ordem de $ 5.000 a $ 7.000 dólares por aluno/ano. Enquanto no Brasil este investimento representa quase a metade, cerca de $ 3.500 dólares por aluno/ano.

[12] Sobre isso, o coordenador nacional do SINASEFE, David Lobão, tem se manifestado publicamente em diversas oportunidades. Ver: Resende, 2024.

Sul – $ 14.525 dólares por aluno/ano e Luxemburgo – $ 26.370 dólares por aluno/ano), se equivale a média de investimento da OCDE (G1 Educação, 2015). Aparentemente, observando os dados nas avaliações do PISA e de aplicação de recurso em Educação no Brasil, pode-se concluir que o "desastre educacional" no país tem solução e o antídoto é investimento!

Ocorre que de 2013 a 2023, o que tem acontecido é corte no orçamento para a Educação. De lá pra cá, os Institutos Federais perderam 43% do seu orçamento (SIOP, 2024). Por conseguinte, isso afeta os investimentos dos campi em suas despesas discricionárias e obrigatórias, revelando que a instituição não consegue mais sustentar as despesas elementares (água, luz, combustível para carro oficial, pagamento de terceirizados etc.), frente a uma equação em que custeio e orçamento estão em notável desequilíbrio. Nesse cenário devastador, os gestores dos campi e das reitorias precisam operar verdadeiros "milagres". Vejam só, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), de acordo com dados na Plataforma Nilo Peçanha, tem apresentado diminuição considerável do seu orçamento entre 2015 e 2024.

Gráfico I – Dotação Orçamentária no IFNMG[13]



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Como é possível verificar no gráfico acima, nos tempos gloriosos dos Institutos Federais (em especial, o ano de 2015), o IFNMG tinha um orçamento na ordem de R$ 253 milhões, aproximadamente. Hoje, em 2024, o orçamento é de quase R$ 297 milhões. Olhando assim, parece que houve maior investimento na instituição nesse ano, não é?!. Porém, não foi isso que aconteceu. Se corrigirmos o valor do orçamento de 2015 sobre o acumulado da inflação nesses últimos 10 anos, o valor do orçamento do IFNMG deveria ser de quase 510 milhões[14] . Ou seja, quase o dobro do que está sendo destinado para este ano. Lembro que entre 2009 e 2015 foi

[13] Agradeço a contribuição do professor Dino Beghetto que auxiliou na pesquisa e elaboração deste gráfico.
[14] A correção do valor do orçamento de 2015 foi realizada com a calculadora disponibilizada no sítio do Banco Central e utilizo como parâmetro o IGP-M (FGV): https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores

considerado período áureo e de bonança dos Institutos Federais, cujo ápice foi o ano de 2015. Naquele ano, os Institutos Federais aplicavam nada menos que $ 9.000 dólares por aluno/ano e obtiveram desempenho significativo no PISA. Na última avaliação do PISA, em 2022, sequer chegamos próximo da média da OCDE (INEP, 2023)[15]. Se de fato essas avaliações de massa no âmbito da Educação revelam a eficiência educacional dos países analisados, para chegarmos à índices de desempenho considerados "bons" em avaliações dessa natureza, será preciso que o orçamento dos Institutos Federais seja recomposto de maneira equivalente àquele período áureo e tenha uma injeção de investimento considerável, visto os obstáculos da manutenção das atividades do dia a dia nos campi.

Sobre este último, podemos notar o que afirmo verificando a experiência do campus Arinos, pelo qual tem passado por uma estagnação do seu orçamento. De 2020 a 2024, o orçamento do campus teve pouca variação (para cima ou para baixo), no entanto a despesas de 20RL (custeio com água, luz, terceirizados, manutenções de infraestrutura etc.) consomem cerca de 70% do seu orçamento[16]. Isso porque, enquanto o orçamento do campus não é corrigido de acordo com o acumulado da inflação, as despesas de 20RL sofrem desse ajuste anualmente. Diante a essa equação predatória, pouco resta para o investimento de nossos estudantes, ficando a cargo da gestão fazer escolhas para as ações que julga ser prioridade.

Nessa mesma série histórica, o investimento em projetos de extensão diminuiu 41%, no campus Arinos. O mesmo aconteceu com investimento para capacitação de servidores (PBQS e outros) e com a política de assistência estudantil (auxílios permanência e alimentação). O diminuto valor do orçamento para investimento dos estudantes tem como resultado a ampliação do, já enorme, fosso de desigualdade educacional no nosso país, inviabilizando que as populações em vulnerabilidade tenham o acesso e êxito na nossa instituição.

Dessa forma, não é demasiado lembrar que os Institutos Federais foram criados como uma política pública educacional visando a interiorização de um modelo de educação, que antes só era possível ser notada nos grandes centros urbanos e capitais do Brasil. Não obstante, os Institutos Federais são as instituições educacionais que apresentam o maior número de matrículas de estudantes oriundos das zonas rurais (Censo escolar, 2023). Esse fato, reforça que sem investimento, essa política pública está negligenciando o principal público beneficiado por ela, isto é, a população mais pobre, periférica e da zona rural são os que mais precisam da educação dos Institutos Federais. É para esse público que nossa existência no interior do Brasil é justificada. No entanto, sem investimento, a prestação do serviço foi precarizado, e o ônus é sentido pelos nossos estudantes, sobretudo, esses em condições de vulnerabilidade, a qual o impacto é no prejuízo na sua formação acadêmica e escolar.

Para tanto, basta verificar os dados apresentados e deduzir que a falta de recurso afeta a rotina da instituição. À vista disso, destaco que o baixo orçamento inviabiliza a universalização de internet de qualidade nos campi; impede a ampliação de políticas de assistência estudantis fundamentais que garantem a permanência e o êxito dos estudantes em vulnerabilidade e, cito apenas, os auxílios permanência e alimentação, ou ainda, a construção de residenciais para

[15] É evidente que a pandemia contribuiu para esse resultado. No entanto, esse fato não invalida o argumento, de modo a reiterar que o financiamento em Educação é fundamental para o rendimento dos estudantes nesse tipo de avaliação. Preciso apenas recorda que outros países com experiências socioeconômicas e históricas como a nossa, também obtiveram desempenho melhores que o Brasil na avaliação do PISA (2022). É o caso dos já citados Chile e Costa Rica.

[16] Os dados utilizados foram cedidos pelo CEOF do campus Arinos.

moradia de alunos que residem fora do município em que a instituição atende, medidas que mitigam os efeitos da evasão escolar; por conseguinte, com menos orçamento, os campi não conseguem promover de maneira adequada seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que o investimento é pouco para fomentar bolsas aos estudantes e instrumentalizar os projetos com compras de materiais; tal qual as bolsas de monitoria, tão necessárias para maior envolvimento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, tem se tornado projetos de voluntariado entre docentes e estudantes; também, sem dinheiro, as políticas de ações afirmativas tem se tornado efêmeras e não dão conta dos problemas históricos e estruturais do país com um público alijado de políticas públicas (quilombolas, indígenas, negros etc.). Posso elencar ainda outros problemas que a falta de orçamento tem gerado, como a ausência de manutenção de rede elétrica, que impede a instalação de climatizadores em salas de aula; os obstáculos para compra de materiais e equipar salas de aula, laboratórios e outras instalações; a diminuição significativa de visitas técnicas, entre tantos outros que faltaria espaço para essa crônica.

Parece pouco? Mas o cenário ainda fica mais alarmante. Frente a esse contexto adverso de corte de orçamento e precarização da prestação de serviço dos Institutos Federais nos últimos anos, o número de cursos e matrículas na rede de ensino federal só tem aumentado. Entre 2017 e 2023, o número de cursos passou de 11.264, para 12.779. Já em matrículas, os números são de 1.031.798 para 1.723.404 matrículas (PNP, 2024).

Esses dados revelam que está ocorrendo um processo de expansão dos Institutos Federais, mas que sua roda não para de girar mesmo com os cortes no orçamento que sufocam a nossa rede. Chegando ao ponto, do governo Lula III anunciar a criação de mais 100 Institutos Federais pelo Brasil, com a promessa (nos bastidores) que até o fim do governo teremos 1000 campi (Casa Civil, 2024). Esse pano de fundo, encontra ecos em manifestações de reitores(as), que com certo tom de otimismo apaziguador, recentemente, deram acento a alteração de status de seus campi. Isso sucedeu com o IFNMG, no qual os campi Janaúba e Porteirinha migraram de Campus Avançado para Campus. Na oportunidade, a reitoria sublinhou que agora os referidos campi poderão dobrar o número de servidores e, por consequência, oferecer mais cursos e vagas de matrículas (IFNMG, 2024). É de se compreender as razões da reitoria em celebrar esse feito, uma vez que de fato é uma conquista para o IFNMG ampliar a sua atuação nas regiões que atende, mas também, não podemos naturalizar esse fato sem problematizá-lo. Por isso, pergunto: em que medida a expansão da rede, nesse cenário de austeridade orçamentária, não fomenta também a precarização na prestação de serviço à comunidade em que estamos inseridos?[17]

É evidente que não procuro bode expiatório, os culpados não se encontram no governo Lula III, tampouco, nas reitorias e gestões dos campi, mas é fundamental se questionar: a que ponto a conduta das administrações atuais não ampliam as feridas que os Institutos Federais sofreram com os governos Temer e Bolsonaro e estão tentando curá-las agora? Talvez, não tenha resposta para essa questão, visto que as escolhas que têm sido tomadas dependem muito mais de um horizonte de expectativas deslumbrando uma prospecção futura, a despeito de um olhar atento ao presente.

Todavia, esse futuro pode nem vir a ser, e é aqui que retomo a pergunta que motivou essa crônica: essa greve veio em boa hora? Respondo que sim. Caso a sistemática política de

[17] Sobre essa questão, sugiro a leitura do trabalho de Ramos, 2023.

sucateamento da rede federal de ensino persistir, a consequência será o colapso, pois deixaremos de atrair servidores(as) para atuarem na instituição e aqueles(as) que ficarem estarão desmotivados a permanecer (não é por acaso que o maior índice de exoneração voluntária é dos servidores federais da educação). Sem contar, que essa política de precarização, tem gerado um ambiente hostil nos Institutos Federais, ao passo de não ser incomum se deparar com relatos de colegas asseverando a existência de ciclos de adoecimento e alto número de solicitações de licenças saúde dos(as) servidores(as), por conta de ansiedade e depressão. São essas circunstâncias que irão levar a falência e ao fechamento dos Institutos Federais. E não existe nenhum exagero nessa afirmação, basta lembrar que em governos passados isso de fato se concretizou. Em 2018, o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, fechou um campus do IFB e, em 2019, o MPF solicitou fechamento de um campus do IFC. Não obstante, ambos se fiaram no argumento que "uma vez constatada a ausência de condições para subsidiar recursos físicos, infraestrutura e custeio" as instituições deveriam encerrar suas funções[18] .

Se não olharmos cuidadosamente e com carinho para o presente, talvez, não exista futuro. E por isso, essa greve que insurge, emerge como uma ode à Educação, uma defesa obstinada para que essa política pública educacional não desalinhe de seu rumo e não se afogue na lama que foi deixada pelos governos anteriores. Logo, é importante frisar, as implicações da greve não são mais danosas que as contingências resultadas do corte no orçamento dos Institutos Federais. Os efeitos da suspensão dos calendários e atrasos em conclusões de cursos não causam prejuízos maiores que a precarização na prestação dos nossos serviços e os débitos de aprendizagem que nossos estudantes já estão tendo por meio das limitações impostas pelo arrocho do orçamento.

O contexto é de "terra arrasada", mas se a história, de tempos em tempos, nos fornece lições, a que podemos apreender é a de que no passado já investimos alto nos Institutos Federais e colhemos excelentes frutos com isso, sendo reconhecidos internacionalmente entre as melhores escolas do mundo e tendo desempenho animador no PISA, conforme mostrado anteriormente. É preciso compreender que somente com investimento significativo o Governo Federal vai conseguir superar fatores que fomentam a desigualdade educacional e estão impregnadas nas raízes que constituem a nossa sociedade. Problemas estruturais de ordem econômica, gênero, racial, geográfica e outros, são mitigados ou solucionados, também, com maiores recursos para políticas públicas. A falta de transporte e a distância para chegar na escola; ausência de merenda, mobiliário e material didático; ausência de professores(as) qualificados(as) e experientes são alguns dos problemas que podem ser resolvidos com mais investimento. Daí, os Institutos Federais surgem como política pública educacional para contribuir com a solução desses problemas, quando os seus estudantes, predominantemente, são advindos de uma população historicamente obliterada ao acesso às políticas públicas. Isto é, ribeirinhos, quilombolas, sertanejos, indígenas, camponeses e tantos outros, a qual a história da nossa República camuflou por tanto tempo, também são merecedores de uma educação pública e de qualidade, assim como os modelos de escolas da rede privada destinadas para as elites e que são verificadas nas capitais do Brasil.

Destarte, a nossa história republicana recente também tem faltado com a coerência e não é tardio reconhecer isso. A educação, por conseguinte, a escola, não tem sido priorizada no orçamento dos últimos governos. No entanto, quem está no posto agora é um governo democrático, de discurso progressista e que deu azo aos setores sociais na sua campanha eleitoral. Daí, observamos a incoerência, quando o ministro Haddad faz profissão de fé das

[18] Ver: CUT, 2018; ANDES, 2019.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 6, n. 1, jan./abr. 2024.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

cartilhas neoliberais, de maneira a se traduzir no seu mantra: “responsabilidade fiscal”. Enquanto isso, a Educação se acotovela com o “Centrão” para ter espaço no orçamento já arrochado. Ora, se é em nome dos quesitos econômicos, porque a escola, a instituição republicana que forma as bases produtivas e econômicas deste país, carrega esse desprestígio histórico?

O governo Lula III está tendo a oportunidade, com essa greve dos(as) servidores(as) federais da educação, de mostrar que Educação é prioridade e que os Institutos Federais são uma viga de sustentação para fomentar as políticas públicas nos rincões deste país. Por ora, ficamos com as promessas do historiador Reinhart Koselleck (2012), que certa vez, afirmou que futuro e passado estão conectados, de maneira que a esperança de um futuro somente existe como devir, pois são as experiências acumuladas pelas pessoas, que fornecem a prospecção de futuro para a comunidade a que pertencem. Decerto, podemos afirmar que técnicos administrativos em educação e docentes acumularam muitas experiências com o passado e estão utilizando as lições da história para “esperançar” um outro futuro para a Educação. Agora, me pergunto, será que o governo Lula III também reuniu experiências suficientes, de modo a guiar a Educação para um novo futuro?

REFERÊNCIAS

ANDES. *À espera da aprovação do arcabouço fiscal, LDO pode tramitar em paralelo ao Orçamento*. ANDES: Brasília. 02 de agosto de 2023. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/a-espera-da-aprovacao-do-arcabouco-fiscal-lDO-pode-tramitar-em-paralelo-ao-orcamento1

ANDES. *MPF pede fechamento de campus do IFC catarinense*. ANDES: Brasília. 2019. Acesso em 11 maio 2024. Disponível em: https://andes.org.br/conteudos/noticia/mPF-entra-com-acao-com-pedido-de-fechamento-de-campus-do-iFC-catarinense1

BARRETO, Marcelo Menna. *Brasil investe só um terço do que os países ricos destinam para a educação básica.* Extraclasse: Porto Alegre. 14 de setembro de 2023. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/09/brasil-destina-um-terco-dos-investimentos-dos-paises-ricos-em-educacao-basica/

CASA CIVIL. *Governo Federal anuncia 100 novos Institutos Federais ao novo PAC.* Gov.br/ Brasília. 12 de março de 2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais

CUT. *Fechamento de campus do Instituto Federal acende o alerta contra desmonte*. 2018. CUT: Brasília. Acesso em: 11 maio 2024. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/fechamento-de-campus-de-instituto-federal-acende-alerta-contra-desmontes-a217

EXAME. *Como a aprovação do arcabouço fiscal pode impactar sua vida?* Agência O Globo: São Paulo, 23 de agosto de 2023. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://exame.com/economia/como-a-aprovacao-do-arcabouco-fiscal-pode-impactar-sua-vida/

FOLHA DE SÃO PAULO. *Flexibilizar pisos de saúde e educação pode liberar 131bi para outros gastos até 2033.* Folha de SP: São Paulo. 06 de abril de 2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/flexibilizar-pisos-de-saude-e-educacao-pode-liberar-r-131-bi-para-outros-gastos-ate-2033.shtml

G1 EDUCAÇÃO. *Brasil investe mais em educação, diz OCDE, mas gasto por aluno ainda é baixo.* Globo Notícia: São Paulo. 24 de novembro de 2015. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/brasil-investe-mais-em-educacao-diz-ocde-mas-abandono-ainda-e-alto.html

IFMG. *Institutos Federais alcançam média similar à de países desenvolvidos em exame internacional*. IFMG: Belo Horizonte. 26de março de 2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www2.ifmg.edu.br/portal/noticias/alunos-de-institutos-federais-alcancam-media-de-paises-desenvolvidos-em-exame-internacional

IFNMG. *Unidades do IFNMG em Janaúba e Porteirinha evoluem de Campus Avançado para Campus.* IFNMG: Montes Claros. 10/05/2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/671-portal-noticias-2024/34338-unidades-do-ifnmg-em-janauba-e-porteirinha-evoluem-de-campus-avancado-para-campus?utm_source=BenchmarkEmail&utm_campaign=Acontece_10%2f05%2f2024&utm_medium=email

INEP. *Censo Escolar: Resultados*. INEP: Brasília. 03 de setembro de 2023. Acesso em: 10 maio 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados

INEP. *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes: PISA/ 2022/ Resultados*. INEP: Brasília. 05 de dezembro de 2023. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Contraponto: Rio de Janeiro/ Editora PUC: Rio de Janeiro. 2012.

PNP. *Indicadores de Gestão*. PNP: Brasília. 2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9

RAMOS, Marise. (2023). A força material do conhecimento em trabalho e educação nos governos ligados ao PT: Contradições da disputa no Estado Ampliado. *Revista Trabalho Necessário*, 21(44), 01-25. https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57606

RESENDE, Monalisa. *"Precisamos é de investimento sério em serviço público!": David Lobão rebate fala de ministro contra servidores(as)*. SINASEFE: Brasília. 22 de março de 2024. Acesso em: 14 maio 2024. Disponível em: https://sinasefe.org.br/site/precisamos-e-de-investimento-serio-em-servicos-publicos-david-lobao-rebate-fala-de-ministro-contra-servidoresas/

SIOP. *Dados Abertos*. SIOP: Brasília. 2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/acesso_publico:dados_abertos

TCU. *Fatos Fiscais: Quanto a União gastou em Educação?*. TCU: Brasília. Dezembro de 2022. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/educacao.html#:~:text=Despesas%20na%20fun%C3%A7%C3%A3o%20Educa%C3%A7%C3%A3o,equivalente%20ao%20verificado%20em%202021.

THE GLOBAL ECONOMY. *Países*. 2024. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: https://pt.theglobaleconomy.com/economies/

Recebido em: *11 de maio 2024*

Aceito em: *23 de maio 2024*